

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.463.475 - SP (2019/0065021-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : POINTER DO BRASIL COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : JOÃO ADELINO MORAES DE ALMEIDA PRADO - SP220564
LUIZ AUGUSTO AZEVEDO DE ALMEIDA HOFFMANN E
OUTRO(S) - SP220580
AGRAVADO : VAGNER LUNA DE ARAUJO
ADVOGADO : JORGE NAYEF MEZAWAK - SP221050

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por POINTER DO BRASIL COMERCIAL LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de POINTER DO BRASIL COMERCIAL LTDA, a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem o comprovante de pagamento das custas devida ao STJ, apesar de presente a guia de recolhimento.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 08/08/2018.

Outrossim, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou

cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. João Adelino Moraes de Almeida Prado.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda que assim não fosse, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no preparo e na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar os referidos vícios, não regularizou (fl. 217). Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado e preparado, incidindo, na espécie, o disposto nas Súmulas n. 115 e n. 187 deste Tribunal.

Não se desconhece a petição de fls. 219/221, trazida aos autos em razão do despacho oportunizando a regularização do feito. No entanto, ela não pode ser conhecida para os fins a que se destina, uma vez que protocolizada fora do prazo assinalado, ocorrendo a preclusão temporal da prática do ato. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente